



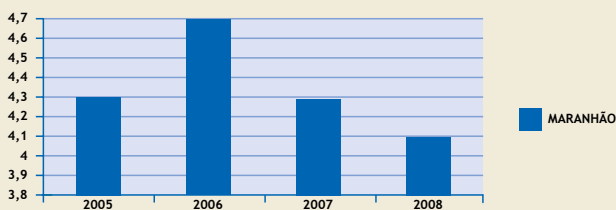
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS
DO MARANHÃO

INFORMATIVO dia-a-dia

ano 3 • nº 28 • julho de 2009

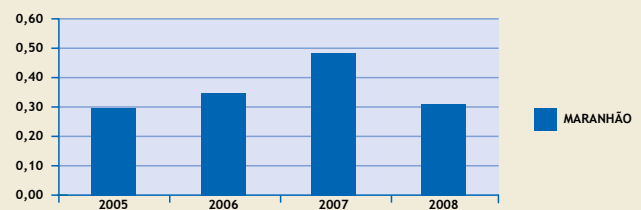
Magistrados por 100 mil habitantes da justiça estadual

	2005	2006	2007	2008
a) Média Geral	5,7	5,8	6,0	5,9
b) Maranhão	4,3	4,7	4,3	4,1
c) Maior	Espírito Santo 12,5	Espírito Santo 12,3	Espírito Santo 12,8	Espírito Santo 12,9
d) Menor	Pará 3,9	Pará 4,0	Pará 4,0	Pará 4,0



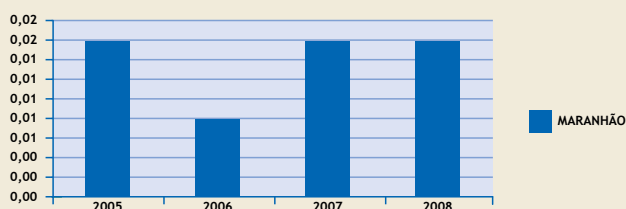
Taxa de congestionamento no 2º grau

	2005	2006	2007	2008
a) Média Geral	50,1%	47,0%	45,4%	42,5%
b) Maranhão	30,7%	35,8%	51,2%	34,6%
c) Maior	Ceará 95,4%	Ceará 96,3%	Ceará 89,2%	Ceará 89,8%
d) Menor	Piauí 4,5%	Goiás 10,8%	Mato Grosso 8,3%	Rio de Janeiro 12,2%



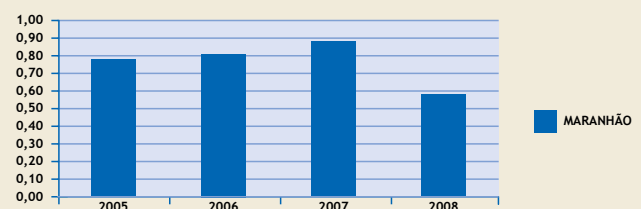
Gastos com informática da justiça estadual

	2005	2006	2007	2008
a) Média Geral	2,6%	1,9%	2,4%	2,2%
b) Maranhão	1,7%	0,9%	1,7%	1,7%
c) Maior	São Paulo 4,8%	Santa Catarina 4,7%	Alagoas 4,6%	Espírito Santo 4,0%
d) Menor	Rio Grande do Norte 0,2%	Piauí 0,2%	Amapá 0,4%	Piauí 0,1%



Taxa de congestionamento no 1º grau

	2005	2006	2007	2008
a) Média Geral	80,0%	80,2%	80,5%	79,6%
b) Maranhão	83,8%	87,3%	92,7%	65,2%
c) Maior	Pará 92,8%	Alagoas 92,8%	Maranhão 92,7%	Pernambuco 91,7%
d) Menor	Amapá 9,8%	Rondônia 27,1%	Rondônia 34,5%	Piauí 18,8%



O Maranhão em números

Um minucioso estudo elaborado pela Associação dos Magistrados do Maranhão revela a verdadeira realidade do Judiciário maranhense. Como parâmetros de avaliação foram utilizados os índices apontados nas quatro últimas edições do "Justiça em Números", relatório mensal divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Dados importantes da análise da AMMA vão servir para nortear planejamentos futuros do Tribunal de Justiça, principalmente no que diz respeito ao ordenamento dos gastos e à reestruturação do 1º Grau.

A finalidade principal da análise elaborada pela AMMA é apontar para os órgãos responsáveis pela administração judiciária, sob o prisma do movimento associativo, os motivos preponderantes que dificultam uma prestação judiciária de qualidade no estado e, em especial, as sugestões para a superação dos entraves, porém, sem a pretensão de encerrar o debate ou de fimar um diagnóstico definitivo. **Páginas 6 e 7**

"Experiência em prol da magistratura"

O juiz Nilo Ribeiro Filho revela, em entrevista, os desafios de exercer a função de assessor da Presidência do Tribunal e de como o trabalho pode ajudar a magistratura de 1º Grau. **Página 3**

Sucesso no arraial junino da AMMA

AMMARRIÊ foi sucesso de público e animação na noite do dia 26 de junho, na sede do Calhau. Os associados foram brindados com danças folclóricas, shows e comidas típicas. **Páginas 4 e 5**

Aposentadoria não é sinônimo de velhice

As experiências de um juiz aposentado são reveladas por José de Ribamar de Castro Ramos, o Baial, que mergulha, agora com dedicação exclusiva, no mundo literário. **Página 8**

Judiciário em números

Disposta a colaborar para a melhoria dos indicadores do Judiciário maranhense, a AMMA publica nesta edição do Dia-a-Dia partes de um minucioso estudo feito pela entidade, cujos resultados revelarão aos órgãos responsáveis pela administração judiciária do Estado, sob o prisma do movimento associativo, os motivos preponderantes que dificultam uma prestação judiciária de qualidade, apontando sugestões para a superação dos entraves.

O estudo teve como parâmetros os índices apontados nas quatro últimas edições do “Justiça em Números”, relatório mensal divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os leitores terão acesso a importantes informações sobre a atual situação do Judiciário maranhense. Ficará sabendo, por exemplo, que o Maranhão é o penúltimo estado em número de juizes por 100 mil habitantes, obtendo a média de 4,1, só perdendo para o Pará, último do ranking nacional, que tem média 4. O índice maranhense está bem abaixo da média nacional, que é 5,9 sendo que o Espírito Santo lidera a primeira posição, com média 12,9.

A análise comparativa dos levantamentos feitos pelo CNJ, aqui divulgada, tem por objetivo contribuir para a evolução institucional do Judiciário, além de constatar com dados numéricos que as dificuldades na prestação jurisdicional, no Maranhão, decorrem do gerenciamento inadequado dos recursos disponíveis.

Longe de ser um estudo com o intuito de apontar culpados pela situação, “mocinhos ou bandidos” do Judiciário, a análise realizada pela AMMA está a serviço de toda a magistratura e a prova disso é que será entregue aos representantes de todos os segmentos do Judiciário maranhense, ao CNJ e ao presidente do STF.

Nesta edição, os leitores também poderão obter uma amostra do sucesso que foi o AMMARRIÊ 2009, festa já consagrada no calendário junino de São Luís; acompanhar os desafios de um juiz aposentado e saber o que pensa e como pretende trabalhar um juiz na função de auxiliar da Presidência do Tribunal do Maranhão.

Boa leitura!



Eleitos os novos membros do Conselho de Representantes

Realizadas no dia 15 de junho as eleições dos novos membros do Conselho de Representantes da AMMA para o biênio 2009/2010. As Regionais serão representadas pelos seguintes juizes: Adelvan Nascimento (São Luís), Nelson Rego (São Luís), Márcio Brandão (São Luís), Marilse Medeiros (Bacabal), Rodrigo Nina (Santa Inês), Marco Antonio Oliveira (Imperatriz), Paulo de Assis Ribeiro (Pinheiro), Marcelo Oka (Presidente Dutra) e Maria do Socorro Barros (Aposentados).

A eleição processou-se de forma tranquila, de 9 a 15 de junho, por meio de votação pelo Correio ou pessoalmente, na sede da AMMA. Tão logo foi encerrado o período de votação estipulado no regulamento, foi iniciada a apuração dos votos pela Comissão Eleitoral, composta pelos juizes Roberto Abreu (presidente), Hóldice Barros e Lícia Cristina, assessorada pela funcionária Núbia Ribeiro e Nahym Abas, assessor jurídico da Presidência.

A eleição foi disputada por 13 magistrados. Houve concorrência acirrada nas Regionais de Santa Inês, com Rodrigo Nina e Ticiany Gedeon; Presidente Dutra, para a qual concorriam Rosa Maria Duarte e Marcelo Elias Matos Oka; Bacabal,

com Marilse Medeiros e Alexandre Abreu, e Aposentados, com Maria do Socorro Barros e José Ribamar de Castro Ramos.

Nas Regionais de Timon, Chapadinha e Tribunal de Justiça não aconteceu eleição porque não houve registro de candidaturas, cabendo à AMMA indicar um nome de cada Regional para compor o Conselho, após escolha da Diretoria Executiva. A data da posse dos novos conselheiros da AMMA ainda será marcada e anunciada por todo os meios de comunicação da entidade.

O CONSELHO

O Conselho de Representantes é uma das instâncias mais importantes no âmbito da Associação dos Magistrados do Maranhão. É composto por magistrados escolhidos em eleição direta no seio da própria classe, os quais têm a prerrogativa de participar de todas as decisões da Diretoria Executiva, apresentar sugestões e atuar como parâmetro de avaliação da entidade.

“O Conselho de Representantes revela a face da AMMA voltada à integração dos seus membros, conferindo maior amplitude possível às decisões, fortalecendo, desta forma, o movimento associativo”, declarou o presidente da Comissão Eleitoral.

expediente

Jornal Dia-a-Dia é o informativo mensal da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA. Rua do Egito, 351 - Centro - CEP: 65010-190.

Fones: (98) 3221- 4414 / 3232 - 1947 / 3231- 8073

E-mails: amma@amma.com.br • ammaimprensa@gmail.com

Diretoria Executiva:

Gervásio dos Santos Júnior (presidente)
José Brígido Lages (1º vice-presidente)
Nilo Ribeiro Filho (2º vice-presidente)
José Pereira Licar (3º vice-presidente)
Lícia Cristina (secretária-geral)
Márcio do Carmo (secretário-adjunto)
Carlos Henrique Veloso (tesoureiro-geral)
Márcia Chaves (tesoureiro-adjunto)

Conselho Fiscal - Titulares:

Sidarta Gautama Maranhão
Rosângela Praseres
Roberto Abreu
Andrea Permutter
Hóldice Barros

Conselho Fiscal - Suplentes:

Antônio Luiz Almeida
Vicente Ferreira Lopes
Larissa Tupinambá Castro

Jornalista Responsável:

Jacqueline Barros Heluy - DRT 750 MA

Fotos:

Biné Moraes

Projeto Gráfico:

Ideia Propaganda & Marketing

Diretor de Arte:

Márcio Veiga

Diagramação:

Wemerson Macêdo

A voz dos juizes na Presidência do TJ



Servir de elo de comunicação entre os magistrados e a Presidência do Tribunal de Justiça é uma das principais atribuições de quem ocupa a função de juiz auxiliar da Presidência. Para o juiz Nilo Ribeiro Filho, é mais que uma atribuição, é um grande desafio. Desde maio deste ano, após ter aceitado um convite formulado pessoalmente pelo presidente Raimundo Cutrim, Nilo está exercendo a função com determinação e vários ideais, sendo o principal deles contribuir para a melhoria do Judiciário maranhense. É o que relata nesta entrevista ao Informativo Dia-a-Dia.

Dia-a-Dia - Em que consiste o trabalho de assessor especial da Presidência do Tribunal?

Nilo Filho - Dentre as atribuições do juiz auxiliar da Presidência destacam-se a de servir como elo de comunicação entre os magistrados e a Presidência do Tribunal, encaminhando os seus pleitos e sugestões ao presidente; sugerir a adoção de políticas ou medidas concretas que visem ao interesse da magistratura estadual; prestar informações aos magistrados a respeito de assuntos de interesse da classe; acompanhar a tramitação de processos administrativos de interesse dos magistrados, inclusive perante o CNJ, e exercer outras atribuições que lhe forem confiadas ou delegadas pelo presidente do Tribunal.

Dia-a-Dia - O senhor acredita que a sua atual posição de destaque junto à Presidência do Tribunal pode dar uma melhor contribuição para a melhoria da magistratura de 1º grau do Maranhão? De que forma?

Nilo Filho - Claro que sim. Na verdade, esta foi a principal razão pela qual aceitei o desafio. É que diante das várias dificuldades por que tem passado o nosso Judiciário nos últimos

anos - o que tenho acompanhado de perto pela vivência no movimento associativo - não poderia jamais me abster de dar minha parcela de contribuição em face da oportunidade surgida a partir do convite que me foi formulado diretamente pelo presidente do Tribunal, o desembargador Raimundo Cutrim, em meados de abril, o que ocorreu, aliás, na presença do presidente da AMMA. E uma das fórmulas pelas quais poderemos nos utilizar consiste exatamente na aproximação entre a magistratura de 1º Grau e a cúpula do Judiciário, através do que poderão ser apresentados diretamente ao presidente os anseios e as boas proposições dos nossos juizes, visando a uma melhor prestação jurisdicional.

Dia-a-Dia - Há algum projeto especial que o senhor pretende defender com mais ênfase, junto à Presidência do TJ, voltado à melhoria do Judiciário?

Nilo Filho - O juiz auxiliar da Presidência deve desempenhar sua atividade com os olhos voltados sempre para a melhoria do Poder Judiciário, com destaque especial à Justiça de 1º Grau, a nossa linha de frente, que lida diariamente com o destinatário dos servi-

ços que prestamos e de onde pode emanar toda a credibilidade de que necessitamos para a manutenção de nossas prerrogativas. E não tenho dúvida de que um desses caminhos consiste na democratização interna do Judiciário, a partir da criação de mecanismos que possibilitem a cada um dos juizes participar ativamente da gestão desse Poder, o que poderia ocorrer com a criação de um Conselho de Administração composto, além dos membros da Mesa Diretora do Tribunal, por representantes do 1º Grau, indicados, inclusive, pela Associação dos Magistrados, o que viabilizaria a implementação de um orçamento participativo. Outros pontos que reputo interessantes seriam a criação de cargos de analistas judiciários para todas as comarcas de entrância inicial, além de se contemplar cada uma das unidades jurisdicionais de 1ª Instância com pelo menos uma função gratificada, a ser utilizada até mesmo como política de estímulo entre os servidores. Ressalto, aliás, que depois que entrei em exercício, no dia 20/05/2009, foi implementado um importante projeto que dá maior efetividade a decisões judiciais. Trata-se do sistema Renajud, ferramenta que possibilita ao juiz comandar via internet o bloqueio de transferência de veículos, o que foi operacionalizado conclusivamente na segunda quinzena de abril, com o cadastramento de todos os juizes do Estado.

Dia-a-Dia - O fato de fazer parte da atual Diretoria Executiva da AMMA não o deixa um pouco acanhado no exercício da assessoria da Presidência do TJ?

Nilo Filho - Em absoluto. Estou completamente à vontade no desempenho dessa nova função. Na verdade, exatamente por integrar a Diretoria da AMMA e também por constatar uma enorme redução do fosso que existia entre o Tribunal e a associação, tanto no âmbito ideológico, como no próprio relacionamento entre as instituições, é que vislumbrei uma possibilidade de contribuir positivamente para o engrandecimento do nosso Judiciário, a partir das inovações e das boas práticas que ordinariamente temos visto surgir a partir do movimento associativista, cuja divulgação é facilitada pela maior integração entre as associações em face das rotineiras reuniões de trabalho promovidas pela entidade nacional, a AMB.

Após sucesso, AMMARRIÊ d



Sucesso de público, organização e animação a festa junina oferecida pela Associação dos Magistrados na noite do dia 26 de junho. Quem compareceu ao AMMARRIÊ 2009 teve a oportunidade de desfrutar do melhor arraial de São Luís, com direito a comidas típicas e bebidas, além de assistir às melhores apresentações folclóricas da temporada. Tudo isso aliado a dois fatores que tornaram a noite ainda mais agradável: o aconchego e a segurança da nova sede do Calhau.

O AMMARRIÊ 2009 foi aberto pontualmente às 20h, com

a apresentação do tambor de Crioula Catarina Mina, que contagiou o público com o bailado cadenciado de suas dançarinas. Em seguida, veio a Big Band, grupo da Escola de Música, que já se consagrou nos arraiais de São Luís pelo repertório variado das tradicionais músicas do folclore maranhense.

Chegou então, o aguardado boi de Nina Rodrigues, que arrastou o público para a pista de dança. Foi difícil assistir ao Nina Rodrigues e não se deixar envolver pelo bailado das índias, ao som da orquestra. Adultos e crianças dançaram



eixa saudades



acompanhando o boi do primeiro ao último minuto da apresentação.

A seguir, o cantor Mano Borges subiu ao palco montado no espaço reservado às apresentações, no centro do arraial, disposto a animar o público. E conseguiu. Com um variado repertório, que foi do forró, passando pelo bumba-boi, xote, carimbó e até quadrilha, colocou muita gente para dançar à exaustão.

Encerrada a apresentação de Mano Borges, pausa para comidas e bebidas, servidas fartamente nas barraquinhas armadas por toda a área do arraial.

A programação foi encerrada com o bumba-boi de Axixá, que colocou o público para dançar ao som de músicas consagradas, com “Bela Mocidade”.

Ao final da noite, restou à Diretoria Executiva da AMMA a sensação do dever cumprido. “Nós primamos por oferecer uma festa bem organizada aos nossos associados, com conforto, segurança, muita diversão e, com certeza, pelos elogios recebidos, conseguimos atingir os objetivos almejados”, declarou a juíza Lícia Cristina Ribeiro, diretora da AMMA, uma das responsáveis pela organização do evento.



Muito conveniente a decisão de realizar a festa neste espaço, pois serviu para mostrar o que já foi feito na nova sede. É um momento de confraternização dos colegas que raramente se encontram. A festa está muito aconchegante e organizada. A AMMA está de parabéns.

Raimundo Barros



Excelente a ideia. Primeiro porque nos deu a oportunidade de conhecer a nova sede. A festa está muito bem organizada, cumprindo a tradição de oferecer as melhores atrações folclóricas. Tudo de muito bom gosto.

Joelma Santos



A ideia de realizar a festa na nova sede foi boa, pois além do local ser mais próximo, é mais uma forma da associação ir ocupando o terreno. O arraial está muito bonito, bem frequentado. Está de parabéns o nosso presidente.

Marcelo Libério



A ideia de realizar o arraial da AMMA na nova sede foi excelente, pois o espaço é muito melhor, mais seguro e aconchegante, boa infraestrutura e deu para interagir melhor. Foi uma ótima escolha da Diretoria.

Maria José França Ribeiro



Judiciário em números

O Maranhão é o penúltimo estado em número de juizes por 100 mil habitantes, obtendo a média de 4,1, só perdendo para o Pará, último do ranking nacional, que tem média 4. O índice maranhense está bem abaixo da média nacional, que é 5,9 sendo que o Espírito Santo lidera a primeira posição, com média 12,9.

Os dados sobre a realidade do Judiciário maranhense são revelados em detalhado estudo elaborado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), tendo como parâmetros os índices apon-

tados nas quatro últimas edições do “Justiça em Números”, relatório mensal divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O estudo da AMMA revela também que a mesma insuficiência de juizes se reproduz no quadro de pessoal, pois apesar do Maranhão ter saído do último lugar pelos números de 2005, ainda se encontra em uma posição abaixo da média nacional.

De acordo com o presidente da AMMA, Gervásio Santos, a análise comparativa dos levantamentos feitos pelo CNJ tem por objetivo contribuir para a

evolução institucional do Judiciário, além de constatar com dados numéricos que as dificuldades na prestação jurisdicional no Estado decorrem do gerenciamento inadequado dos recursos disponíveis.

“Se não estamos em situação mais grave, isto se dá em razão do esforço pessoal de grande parte dos juizes e juizas de direito do Estado”, explicou o presidente da AMMA, Gervásio Santos.

Segundo Gervásio, a finalidade principal da análise elaborada pela AMMA é apontar para os órgãos responsáveis pela administra-

ção judiciária, sob o prisma do movimento associativo, os motivos preponderantes que dificultam uma prestação judiciária de qualidade no Estado e, em especial, as sugestões para a superação dos entraves.

O estudo realizado pela AMMA é dividido em quatro tópicos, a partir da análise de dados apontados nos últimos relatórios do “Justiça em Números”. É revelada a média de despesa anual do Judiciário; a eficiência da prestação jurisdicional; o custo com as demandas judiciais e a participação governamental nas demandas.

Litigiosidade

O Maranhão recebe uma quantidade de casos novos por 100 mil habitantes abaixo da média nacional, o que se explica pelas baixas condições socioeconômicas da população, situação assemelhada aos estados que ostentam os menores índices.

Quando examinados os números de casos novos por magistrado, foi verificado que o 2º Grau recebeu 487 casos novos por ano, e o juiz de 1º Grau, em média, recebeu 648, subindo este número para 1.513 no caso do Juizado Especial.

Outra revelação importante: a carga de trabalho do magistrado maranhense é inferior à média nacional, embora corresponda ao dobro do menor índice, e tem como peculiaridade o fato de refletir a desigualdade entre o 2º e o 1º Grau. A carga de trabalho de desembargador é de 606 processos e a do juiz de 1º Grau, 1.543. E quando se trata de Juizado Especial, 4.097.

Também ficou constatado que a taxa de conges-

tionamento do Tribunal de Justiça do Maranhão é de 34,6%, estando abaixo da média nacional, que corresponde a 42,5%, o que significa que o TJ/MA a cada 100 casos julgou 65.

Por outro lado, o estudo mostra que no 1º Grau a taxa de congestionamento do Maranhão importa em 65,2%, índice também abaixo da média nacional, que é de 79,6%, e bem melhor do que seu índice de 2007, que foi 92,7%, o maior daquele ano.

Isso significa que os Juizes de 1º Grau conseguiram reduzir em quase 30% a taxa de congestionamento de um ano para outro, o que representa um grande esforço, em especial quando se considera que não dispõem das mesmas condições de trabalho que são asseguradas aos magistrados do 2º Grau.

No âmbito dos Juizados Especiais, o estudo da AMMA revela que a taxa de congestionamento permaneceu estável, apresentando como dado preocupante o fato de que está acima da média nacional.

Carga de trabalho no 2º grau

	2005	2006	2007	2008
a) Média Geral	1.558	1.782	1.894	2.066
b) Maranhão	402	386	634	606
c) Maior	Ceará 3.886	Ceará 3.533	Ceará 3.960	Ceará 4.282
d) Menor	Piauí 150	Amapá 189	Amapá 234	Acre 391

Carga de trabalho no 1º grau

	2005	2006	2007	2008
a) Média Geral	4.587	4.787	5.102	5.277
b) Maranhão	1.599	1.296	2.537	1.543
c) Maior	São Paulo 9.587	Goiás 13.325	Goiás 15.282	São Paulo 10.612
d) Menor	Amapá 949	Amapá 661	Piauí 567	Amapá 681

Carga de trabalho nos Juizados Especiais

	2005	2006	2007	2008
a) Média Geral	9.250	9.063	8.812	9.035
b) Maranhão	3.497	3.525	3.873	4.097
c) Maior	São Paulo 43.044	São Paulo 42.189	Rio Grande do Sul 31.186	Rio Grande do Sul 34.526
d) Menor	Tocantins 9.250	Alagoas 1.410	Piauí 634	Tocantins 1.359

Maranhão tem menor gasto por habitante

Com relação aos índices referentes às despesas da Justiça Estadual, o estudo da AMMA mostra que o Maranhão é o estado que tem a menor despesa por habitante, apenas R\$ 51,07, a metade da média nacional, que importa em R\$ 100,56, posição esta que se repetiu nas últimas quatro edições do “Justiça em Números”.

O dado positivo é que esse valor vem aumentando, pois em 2005 correspondia somente a R\$ 29,32, quase um terço da média nacional

daquele ano.

No que diz respeito aos valores recolhidos a títulos de custas processuais, o estudo mostra que o Maranhão ostenta índices correspondentes à metade da média nacional, ou seja, apenas 8,7% das despesas do Judiciário são cobertas pelas custas recolhidas.

O relatório também demonstra uma ausência de investimentos na área de informática. A média do Maranhão em relação à despesa total do Judiciário per-

manece inalterada desde os números de 2005. É gasto apenas 1,7%, quando a mé-

dia nacional corresponde a 2,2% e o maior índice alcança o patamar de 4%.

Despesas total da justiça estadual por habitante

	2005	2006	2007	2008
a) Média Geral	R\$ 73,60	R\$ 81,82	R\$ 90,50	R\$ 100,56
b) Maranhão	R\$ 29,32	R\$ 35,65	R\$ 44,58	R\$ 51,07
c) Maior	Distrito Federal R\$ 385,47	Distrito Federal R\$ 408,05	Distrito Federal R\$ 416,06	Distrito Federal R\$ 423,31
d) Menor	Maranhão R\$ 29,32	Maranhão R\$ 35,65	Maranhão R\$ 44,58	Maranhão R\$ 51,07

Acerto das decisões

Os números demonstram que 23,8% das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça são alvos de recursos para os Tribunais Superiores, índice próximo da média nacional, que é de 26,5%. Já no 1º Grau, a taxa de recorribilidade se reduz drasticamente, pois apenas 6% das decisões são recorridas, o que importa na metade da média nacional.

A análise sob esse prisma reforça a crítica de que o orçamento do Poder Judiciário do Estado do Maranhão é mal distribuído, pois o Tribunal, instância revisora por natureza, concentra mais de 60% dos recursos orçamentários, embora somente co-

nheça apenas 6% do total das demandas ajuizadas no Estado (neste cálculo não estão inclusas as ações originárias, o que, todavia, não altera substancialmente o resultado).

A taxa de recorribilidade nos Juizados Especiais, por sua vez, importa em 7,0%, que para os padrões do sistema especial, é alto, considerando que a média nacional é 2,1%.

Por fim, a taxa de reforma das decisões do Tribunal de Justiça é da ordem 15,5% e do 1º Grau de 23,3%, ambas abaixo da média nacional, o que demonstra, no geral, o acerto das decisões proferidas pelos juízes maranhenses.

Taxa de reforma da decisão no 2º grau

	2005	2006	2007	2008
a) Média Geral	15,1%	17,9%	21,3%	20,9%
b) Maranhão	10,0%	14,3%	27,3%	15,5%
c) Maior	Minas Gerais 44,9%	Minas Gerais 45,8%	Minas Gerais 52,5%	Piauí 466,1%
d) Menor	Amapá 5,3%	Paraíba 7,8%	Amapá 5,3%	Rio Grande do Norte 4,9%

Taxa da reforma da decisão no 1º grau

	2005	2006	2007	2008
a) Média Geral	31,2%	29,2%	29,6%	33,8%
b) Maranhão	10,6%	10,3%	60,1%	23,3%
c) Maior	Bahia 42,8%	Alagoas 63,0%	Piauí 447,8%	Piauí 72,4%
d) Menor	Maranhão 10,6%	Maranhão 10,3%	Santa Catarina 6,3%	Amazonas 4,6%

Déficit de assistência judiciária

No quesito acesso à Justiça, a constatação da AMMA é de que o custo com assistência judiciária no Maranhão é baixo, quando comparado com a média nacional, seja utilizando o PIB como parâmetro, seja o total da despesa pública.

Os índices refletem a ausência de uma Defensoria Pública em condições de atender aos necessitados

que, por essa razão, deixam de postular em juízo.

O levantamento revela que esta carência fica evidente quando considerada a despesa com assistência judiciária por habitante, pois enquanto a média nacional corresponde a R\$ 0,76, no Maranhão gasta-se apenas R\$ 0,01, valor inferior ao ano de 2006, quando o gasto foi de R\$ 0,05.

Eliminação de supérfluos

O objetivo da AMMA, ao analisar os números do CNJ, é colaborar para o melhor planejamento do Judiciário maranhense. Ao final do relatório, são apontadas sugestões de melhorias, levando em consideração a realidade de cada quesito analisado.

No item despesa, a exigência definida pelos números aponta que o gasto da Justiça do Maranhão por habitante é o menor do País. Isso significa que a administração judiciária deve maximizar os recursos disponíveis, priorizando as atividades relacionadas com a prestação jurisdicional, eliminando supérfluos, em especial no âmbito do Tribunal de Justiça.

Outra importante sugestão é a obtenção de re-

ursos federais, por meio do PRONASCI, Programa do Ministério da Justiça destinado a aparelhar as Varas com características especiais.

AAMMA também sugere a realização, em breve, de outro concurso para juiz, considerando o número de vagas potencialmente existentes; instalação de novas unidades judiciárias, afastando-se de vez os critérios meramente políticos e sentimentais para a criação de comarcas.

A análise do estudo aponta para a necessidade de dar cumprimento à decisão do Conselho Nacional de Justiça, que determinou ao Tribunal do Estado a reestruturação do quadro funcional do primeiro grau.

Uma vida a serviço das letras



Baial revela experiência de aposentado

No momento em que parte da magistratura brasileira defende a elevação da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos, um juiz mostra com sua própria experiência de vida que não é preciso esperar para ser convidado a deixar a magistratura por meio da compulsória. Pode-se optar em sair por vontade própria, pela porta da frente, e o que é melhor, com muitos planos de trabalho e realização pessoal.

O juiz José de Ribamar de Castro Ramos, o Baial, é um exemplo disso. A enorme vontade de se lançar a novos desafios fez com que em 2001, aos 55 anos, e com pelo menos mais 14 anos pela frente exibindo o status de juiz da ativa - e quem sabe até de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão - ele decidisse "pendurar as chuteiras".

A parada definitiva no trabalho foi apenas na magistratura. Afinal, só após a aposentadoria é que Baial pôde concretizar sonhos antigos, um deles o de ingressar na política como forma de lutar contra as injustiças e as desigualdades sociais. Foi eleito

prefeito e vice de sua cidade natal, Barreirinhas.

Baial já tinha experiências de luta neste sentido antes de se tornar magistrado, quando no exercício da advocacia lutava pelas causas de trabalhadores rurais e de outros segmentos discriminados.

Como magistrado, não tolerou o fato de cadeia ser feita apenas para pobres e isso era uma realidade que o angustiava, principalmente quando foi juiz de Imperatriz, ironicamente uma cidade em que os grandes criminosos estavam sempre a serviço dos interesses dos poderosos.

Na Comarca de Imperatriz, como juiz da 2ª Vara Criminal, Baial passou pela experiência de conduzir processos polêmicos. Ele foi o responsável pelo julgamento dos envolvidos no assassinato do prefeito Renato Moreira e de ter reaberto, 10 anos depois de interrompido, o caso da morte do padre Josimo Tavares. Foi uma experiência traumática, pois ele sofreu ameaças de morte e temia pela integridade de sua família.

SENTENÇA EM VERSO

Mas foi também na cidade de Imperatriz que vivenciou uma experiência inovadora, gratificante e que lhe deu motivação para decisões futuras no ramo literário: escreveu a primeira sentença em verso que se tem conhecimento em todo o país.

O júri presidido por Baial aconteceu em junho de 1993. No banco dos réus, um homem que matou um taxista com dois tiros à queima-roupa e uma punhalada no peito durante uma emboscada entre as cidades de Imperatriz e Açailândia.

A sentença em verso de Baial, que

recebeu o título de "Vistos etc", mexeu com as estruturas do Tribunal, chegando a ser criticada por vários desembargadores que achavam que não estava adequada à forma jurídica tradicional e, portanto, não poderia ser aceita. O desembargador Milson Coutinho, então na ativa, encerrou a polêmica, afirmando que não havia qualquer impedimento na legislação brasileira para decisões judiciais em verso. "A sentença em verso não deixa de ser um modo espetacular do sujeito se expressar", disse o desembargador.

Com suas convicções, Baial mostra que juiz aposentado não é sinônimo de "fim de linha". Muito pelo contrário. Pra ele, foi o começo. Após a experiência política, resolveu ser empreendedor, fez o curso de Turismo e Hotelaria, abriu um hotel em Barreirinhas, do qual está se desfazendo, agora, para dedicar-se à concretização de um novo sonho: ser escritor em tempo integral.

CARREIRA LITERÁRIA

Quem conhece Baial sabe que logrará êxito na carreira literária. O primeiro romance já está pronto para ser lançado, com o título "Marcas que ficaram". Um livro de poesia também já foi lançado, "Terra", e o primeiro de cunho técnico, sobre sua cidade natal "História de Barreirinhas - portal dos Lençóis Maranhenses" já vendeu mais de dois mil exemplares.

Para quem ainda tem dúvida sobre a realização pessoal de Baial, ele mesmo dá as respostas: "Sou um homem realizado". Saudade da magistratura? "Nunca tive tempo de sentir saudade ou arrependimento. Estou sempre envolvido em novos empreendimentos."

Da toga aos acordes da guitarra

A banda musical formada por magistrados já tem seguidores fiéis que não perdem um único ensaio. A prova disso foi o sucesso do último encontro da trupe de artistas, no dia 3 de julho, na nova sede social, no Calhau.

Na nostalgia de uma sexta-feira de lua cheia, os vocalistas, bateristas e guitarristas deram um verdadeiro show de versatilidade. Mostraram que já são quase verdadeiros profissionais, com direito a aplausos e pedidos de bis da plateia.

Destaque para Roberto de Paula, que arrasou no London London, Licar Pereira, vocalista e guitarrista com um repertório variado que vai da sertaneja aos sucessos de Roberto Carlos; Neris, guitarrista e vocalista de MPB; Agenor revelando-se um grande seresteiro; João Manoel (marido da juíza Lúcia Helena), baterista e cover de Tim Maia, Ferdinand, revezando na bateria e guitarra, além do apoio técnico de Adelman, Ronaldo, Heluy Júnior e Raimundo Barros.



Os músicos Agenor, Roberto de Paula, Ferdinand e Neris